

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2013/2015

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS000464/2013
DATA DE REGISTRO NO MTE: 27/03/2013
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR006386/2013
NÚMERO DO PROCESSO: 46274.000457/2013-28
DATA DO PROTOCOLO: 27/03/2013

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/internet/mediador>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS DE SANTA MARIA-RS E REGIAO, CNPJ n. 88.667.803/0001-45, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROGERIO SANTOS DA COSTA;

E

SINDICATO EMPRESAS TRANSP RODOVIARIOS DO RGSUL, CNPJ n. 92.942.432/0001-30, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ILSO PEDRO MENTA;

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS SM, CNPJ n. 90.798.935/0001-58, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIZ FERNANDO VARGAS MAFFINI;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2015 e a data-base da categoria em 1º de fevereiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO, DE PASSAGEIROS DE LINHAS URBANAS, DISTRITAIS, FRETAMENTO, TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS TRABALHADORES DE EMPRESAS QUE PRATICAM ATIVIDADES DE TRANSPORTES AFINS**, com abrangência territorial em **Agudo/RS, Cacequi/RS, Dilermando de Aguiar/RS, Dona Francisca/RS, Faxinal do Soturno/RS, Formigueiro/RS, Itaara/RS, Ivorá/RS, Jaguari/RS, Jari/RS, Júlio de Castilhos/RS, Mata/RS, Nova Esperança do Sul/RS, Nova Palma/RS, Pinhal Grande/RS, Quevedos/RS, Restinga Seca/RS, Santa Maria/RS, Santiago/RS, São João do Polêsine/RS, São Martinho da Serra/RS, São Pedro do Sul/RS, São Sepé/RS, São Vicente do Sul/RS, Silveira Martins/RS, Toropi/RS e Tupanciretã/RS.**

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO**PISO SALARIAL**

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/02/2013 a 31/01/2014**

Para os cargos e funções abaixo relacionados, aplica-se o reajuste de **8,40%** sobre os salários vigentes em fevereiro de 2012, concedido de forma fracionada, sendo **6,63%** a partir de **1º de fevereiro de 2013**, e o restante, **1,77%** a título de ganho real, a partir do aumento da tarifa de ônibus urbano de Santa Maria, ficando os salários básicos da seguinte forma:

A PARTIR DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013 - 6,63% DE REAJUSTE
--

ITEM	CARGO/FUNÇÃO	PISO SALARIAL
a)	Motorista de Ônibus	R\$ 1.903,34
b)	Cobrador	R\$ 1.081,12
c)	Motorista de Seletivo	R\$ 1.643,81
d)	Motorista de Ambulância	R\$ 1.391,04
e)	Motorista de Transporte Escolar	R\$ 1.332,24
f)	Auxiliar/Monitor de Transporte Escolar	R\$ 853,49
g)	Motorista de Serviços Especiais Fora das Linhas Concedidas pelo Poder Público, dentro do município sede	R\$ 1.292,88
h)	Empregados com pelo menos 1 ano na mesma empresa que forem promovidos a Motorista (durante os primeiros dez meses)	R\$ 1.292,88
i)	Fiscal	R\$ 1.507,94
j)	Motorista de Ônibus de Linha Regulares Distritais e Intermunicipais com Característica de Distritais (para novos contratos)	R\$ 1.695,67
k)	Cobrador de Ônibus de Linha Regulares Distritais e Intermunicipais com Característica de Distritais (para novos contratos)	R\$ 1.003,51
l)	Demais trabalhadores	Mesmo Percentual de 6,63%

A PARTIR DO AUMENTO DA TARIFA DE ÔNIBUS URBANO DE SANTA MARIA - 1,77% DE REAJUSTE
--

ITEM	CARGO/FUNÇÃO	PISO SALARIAL
a)	Motorista de Ônibus	R\$ 1.935,00
b)	Cobrador	R\$ 1.100,00
c)	Motorista de Seletivo	R\$ 1.671,10
d)	Motorista de Ambulância	R\$ 1.414,13

e)	Motorista de Transporte Escolar	R\$ 1.354,36
f)	Auxiliar/Monitor de Transporte Escolar	R\$ 867,66
g)	Motorista de Serviços Especiais Fora das Linhas Concedidas pelo Poder Público, dentro do município sede	R\$ 1.314,35
h)	Empregados com pelo menos 1 ano na mesma empresa que forem promovidos a Motorista (durante os primeiros dez meses)	R\$ 1.314,35
i)	Fiscal	R\$ 1.532,97
j)	Motorista de Ônibus de Linha Regulares Distritais e Intermunicipais com Característica de Distritais (para novos contratos)	R\$ 1.723,82
k)	Cobrador de Ônibus de Linha Regulares Distritais e Intermunicipais com Característica de Distritais (para novos contratos)	R\$ 1.020,17
l)	Demais trabalhadores	Mesmo Percentual de 1,77%

CLÁUSULA QUARTA - PISO SALARIAL PARA A CIDADE DE SANTIAGO

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/02/2013 a 31/01/2014

Para os cargos e funções abaixo relacionados, aplica-se o reajuste de **8,40%** sobre os salários vigentes em fevereiro de 2012, fracionado, sendo **6,63%** a partir de **1º de fevereiro de 2013**, e o restante, **1,77%** a título de ganho real, a partir do aumento da tarifa de ônibus urbano de Santa Maria, ficando os salários básicos da seguinte forma:

A PARTIR DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013 - 6,63% DE REAJUSTE

CARGO/FUNÇÃO	SALÁRIO	+	TICKET	=	TOTAL
Motorista Urbano	R\$ 1.577,82	+	R\$ 325,52	=	R\$ 1.903,34
Cobrador Urbano	R\$ 899,16	+	R\$ 185,92	=	R\$ 1.085,08
Motorista Escolar	R\$ 1.104,46	+	R\$ 227,78	=	R\$ 1.332,24
Motorista Distrital	R\$ 1.406,05	+	R\$ 289,62	=	R\$ 1.695,67
Cobrador Promovido a Motorista (primeiros dez meses)	R\$ 1.107,49	+	R\$ 185,39	=	R\$ 1.292,88
Cobrador Distrital	R\$ 833,17	+	R\$ 170,34	=	R\$ 1.003,51
Fiscal	R\$ 1.252,34	+	R\$ 255,60	=	R\$ 1.507,94
Escritório	R\$ 899,16	+	R\$ 185,92	=	R\$ 1.085,08
Demais trabalhadores	Mesmo		Percentual		6,63%

A PARTIR DO AUMENTO DA TARIFA DE ÔNIBUS URBANO DE SANTA MARIA - 1,77% DE REAJUSTE
--

CARGO/FUNÇÃO	SALÁRIO	+	TICKET	=	TOTAL
Motorista Urbano	R\$ 1.604,08	+	R\$ 330,92	=	R\$ 1.935,00
Cobrador Urbano	R\$ 914,10	+	R\$ 189,00	=	R\$ 1.103,10
Motorista Escolar	R\$ 1.122,80	+	R\$ 231,56	=	R\$ 1.354,36
Motorista Distrital	R\$ 1.429,40	+	R\$ 294,42	=	R\$ 1.723,82
Cobrador Promovido a Motorista (primeiros dez meses)	R\$ 1.125,88	+	R\$ 188,47	=	R\$ 1.314,35
Cobrador Distrital	R\$ 847,00	+	R\$ 173,17	=	R\$ 1.020,17
Fiscal	R\$ 1.273,14	+	R\$ 259,83	=	R\$ 1.532,97
Escritório	R\$ 914,10	+	R\$ 189,00	=	R\$ 1.103,10
Demais trabalhadores	Mesmo		Percentual		1,77%

PARÁGRAFO ÚNICO: O TICKET Alimentação contido nos quadros de salários da presente cláusula, será reajustado em **8,40%**, fracionado, sendo **6,63%** a partir de **1º de fevereiro de 2013**, e o restante, **1,77%** a título de ganho real a partir do aumento da tarifa de ônibus urbano de Santa Maria, devendo ser fornecido juntamente com o pagamento dos salários.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL

As Empresas de Linhas Regulares Urbanas, Distritais e Intermunicipais com Características de Distritais, integrantes das categorias econômicas, reajustarão os salários dos empregados integrantes da categoria profissional em **8,40%**, fracionado, sendo **6,63%** a partir de **1º de fevereiro de 2013**, e o restante, **1,77%** a título de ganho real, a partir do aumento da tarifa de ônibus urbano de Santa Maria, ficando os pisos salariais conforme os valores constantes no quadro de salários da cláusula terceira. Os demais empregados cujas funções não estejam compreendidas no quadro de salários da cláusula terceira, terão indexados aos seus salários, na mesma data, o mesmo percentual de reajuste, conforme descrito acima.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE SALARIAL PARA A CIDADE DE SANTIAGO/RS

Os trabalhadores em geral da cidade de Santiago, especialmente da empresa **Viação Centro Oeste Ltda.** que operam na **Filial 1, em Santiago/RS** e da empresa **J.M.M. Transporte Escolar Ltda.**, terão um reajuste na ordem de **8,40%**, fracionado, sendo **6,63%** a partir de **1º de fevereiro de 2013**, e o restante, **1,77%** a título de ganho real, a partir do aumento da tarifa de ônibus urbano de Santa Maria, e receberão mensalmente **SALÁRIO** e **TICKET Alimentação**, conforme quadros de salários, contidos na cláusula quarta. Os demais empregados cujas funções não estejam compreendidas nos quadros de salários da cláusula quarta, terão indexados aos seus salários, na mesma data, o

mesmo percentual de reajuste, conforme descrito acima.

CLÁUSULA SÉTIMA - REGRAS PARA REAJUSTE SALARIAL

Os pisos salariais a partir do reajuste em decorrência do aumento da tarifa de ônibus urbano de Santa Maria, servirão como parâmetro para o reajuste salarial da data-base em **1º/02/2014 e sobre estes incidirão o aumento futuro.**

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica ajustado ainda que, por ocasião da próxima data-base da categoria, em **1º/02/2014**, os salários e pisos salariais ajustados em decorrência do aumento da tarifa de ônibus urbano de Santa Maria, servirão de base para o novo reajuste salarial.

CLÁUSULA OITAVA - REGRAS PARA REAJUSTE SALARIAL PARA A CIDADE DE SANTIAGO/RS

O valor do Ticket Alimentação, somado aos salários e pisos salariais reajustados em decorrência do aumento da tarifa de ônibus urbano de Santa Maria, servirá como parâmetro para o reajuste salarial da data-base de **1º/02/2014**, como se tivesse sido praticado desde **1º/02/2013**.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA NONA - RECIBO DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus empregados cópias dos recibos de pagamento contendo a identificação da empresa, a discriminação das verbas pagas e dos descontos efetuados.

ISONOMIA SALARIAL

CLÁUSULA DÉCIMA - EMPREGADOS PROMOVIDOS

Os Empregados que forem promovidos à função de Motorista, e que já tenham experiência comprovada na sua CTPS na função de Motorista de Ônibus pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses, preenchendo este requisito, passarão a receber por ocasião da promoção, diretamente o salário da categoria conforme item "a" do quadro de salários da cláusula terceira.

PARÁGRAFO ÚNICO: Critério para Promoção - Os salários da alínea "h" serão admitidos exclusivamente para os empregados sem experiência anterior de motorista em outras empresas, e que forem promovidos a motorista, após pelo menos um ano de trabalho na empresa.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DESCONTOS E BENEFÍCIOS

As empresas descontarão na folha de pagamento de seus empregados, desde que previamente autorizadas por estes, os valores concedidos a título de cooperativas, empréstimos, convênios médicos-odontológicos e hospitalares, planos de saúde, conveniados ou não com o Sindicato Profissional, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) dos proventos salariais.

PARÁGRAFO ÚNICO: O repasse dos referidos descontos, quando vinculados ao Sindicato Profissional, deverá ser efetuado até o 8º dia do mês de desconto.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - HORAS EXTRAS

As empresas integrarão as horas extras, embora não habituais, no cálculo da gratificação natalina e férias nas épocas próprias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Poderá haver a prorrogação da jornada de trabalho, de acordo com as necessidades de serviço das empresas, observada a legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As horas extras serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal.

ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - QUINQUÊNIO

As partes ajustam a suspensão do adicional por tempo de serviço (quinquênio) pelo prazo de vigência da presente convenção, o qual não poderá ser suprimido, mantendo o pagamento àqueles que a ele já tenham feito jus.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PASSE LIVRE

As empresas assegurarão a seus empregados, integrantes do sistema SIM (Sistema Integrado Municipal), PASSE LIVRE entre as empresas de transporte coletivo urbano de Santa Maria para seus empregados deslocarem-se de casa para o trabalho e do trabalho para casa.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES



DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO DE CONTRATO

Quando as empresas rescindirem o contrato de trabalho sem justa causa, deverão pagar as parcelas devidas até o primeiro dia útil após o término do aviso prévio, sob pena de pagar seu salário a título de indenização pelo prazo excedente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os contratos rescindidos a partir de 1º de fevereiro de 2013 e que não foram pagos com o salário novo, acordado na Convenção/2013, deverão ser pagos proporcionalmente aos meses trabalhados, mediante rescisão complementar indenizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA POR JUSTA CAUSA

Serão as empresas obrigadas a comunicar ao empregado, por escrito, quando da ocorrência de despedida por justa causa, a infringência do dispositivo legal, sob pena de ser a demissão considerada imotivada.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AVISO PRÉVIO

Fica dispensado do cumprimento do prazo do aviso prévio o empregado que comprovar ter conseguido um novo trabalho, ficando a empresa isenta do pagamento dos dias faltantes ao término do respectivo aviso prévio.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO/DESVIO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FUNÇÃO

As empresas farão constar na CTPS dos Motoristas admitidos somente a função específica “Motorista” e para os demais trabalhadores, a função específica para a qual foi contratado conforme as normas do Código Brasileiro de Ocupações de mão de obra.

ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTABILIDADE

Ao empregado que sofrer acidente de trabalho ficará assegurado a estabilidade de 1 (um) ano após o término do benefício previdenciário. Para a gestante será assegurada uma estabilidade de 30 (trinta) dias após o término do benefício previdenciário.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - INTERVALO PARA ALMOÇO OU JANTAR

Fica assegurado o intervalo para almoço e jantar de no mínimo 01 (uma) hora e, no máximo de 04 (quatro) horas, de conformidade com o art. 71 da CLT.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - RELÓGIO PONTO

Fica obrigatório o registro de horas de trabalho através de relógio ponto e/ou fichas de serviço externo, que deverão ficar em poder do empregado durante a jornada diária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO DOS COBRADORES

A jornada de trabalho dos Cobradores se findará somente depois de efetuado o acerto da bolsa diária, com a batida do relógio ponto e/ou assinatura do cartão ou ficha ponto.

FÉRIAS E LICENÇAS

LICENÇA REMUNERADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE FALTAS

As empresas se obrigam a abonar as faltas dos empregados estudantes nos horários de exame, desde que em estabelecimentos oficiais de ensino ou reconhecidos como tal, devendo a comunicação ser feita com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, no mínimo e posterior comprovação para com a empresa.



SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

UNIFORME

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - UNIFORME

As empresas fornecerão aos seus empregados os uniformes de uso obrigatório, constante de 03 (três) camisas, entregues em carga e que deverão ser devolvidas por ocasião da rescisão do contrato de trabalho ou indenizadas.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - EXAMES

As empresas pagarão os exames médicos e laboratoriais exigidos por lei a serem efetuados em locais próprios.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS

As empresas aceitarão os atestados médicos e odontológicos do INSS ou por entidade sindical com que esta mantém convênio.

RELAÇÕES SINDICAIS

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DOS DIRIGENTES SINDICAIS

As empresas concederão frequência livre, como se estivessem no efetivo exercício de suas funções, aos trabalhadores exercentes de funções de representação sindical para o desempenho de sua atividade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Durante o período em que o empregado estiver à disposição da entidade sindical, a esta caberá, sob sua única e exclusiva responsabilidade, a designação de férias, mediante a comunicação ao empregador, para a concessão do respectivo adiantamento de férias e com a observância dos preceitos legais que regem o assunto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A previsão de frequência livre, consagrada neste artigo, estender-se-á, após o término do período de vigência deste Acordo, até que seja celebrado novo instrumento normativo.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica assegurado no retorno do dirigente sindical à empresa à função anteriormente exercida.

PARÁGRAFO QUARTO: As empresas poderão abater no valor das contribuições e mensalidades sociais a serem repassadas ao Sindicato Profissional, tudo quanto for pago a título de remuneração e encargos aos funcionários postos à disposição, na forma convencionada nesta cláusula.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DESCONTO PARA A ENTIDADE SINDICAL

As empresas descontarão de seus empregados, a título de contribuição, o equivalente a **01 (UM) DIA DO SALÁRIO CONTRATUAL**, de cada trabalhador, devidamente reajustado, no mês de **maio/2013**, recolhendo-os aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores e Condutores de Veículos Rodoviários de Santa Maria-RS e Região, até 5 (cinco) dias após efetuado o desconto. Na data do repasse, as empresas deverão fornecer ao sindicato profissional uma relação contendo o nome do empregado, função e o respectivo salário.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os trabalhadores que não concordarem com o referido desconto, deverão manifestar-se individualmente e por escrito, perante a entidade sindical, no prazo de quinze dias a partir do primeiro salário reajustado por força da presente convenção coletiva. Para os trabalhadores admitidos após a presente convenção coletiva, o prazo de quinze dias será contado a partir do recebimento do primeiro salário subsequente a admissão, independente do desconto. A entidade sindical disponibiliza formulário para exercício do direito de oposição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL MENSAL

A contribuição assistencial fixada pela assembléia geral para desconto mensal dos empregados, sócios ou não do Sindicato Profissional, serão descontadas em folha de pagamento o correspondente aos mesmos valores fixados para mensalidade sindical, devendo o montante ser colocado à disposição do referido Sindicato num prazo de 5 (cinco) dias úteis após o desconto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas deverão encaminhar ao Sindicato Conveniente, por fax, e-mail ou via correio o comprovante de recolhimento dos valores estipulados no caput, bem como lista de funcionários no prazo de 5 (cinco) dias a partir do desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os trabalhadores que não concordarem com os referidos descontos, deverão manifestar-se individualmente e por escrito, perante a entidade sindical, no prazo de quinze dias a partir do primeiro salário reajustado por força da presente convenção coletiva. Para os trabalhadores admitidos após a presente convenção coletiva, o prazo de quinze dias será contado a partir do recebimento do primeiro salário subsequente a admissão, independente do desconto, conforme termo de ajuste de conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho. A entidade sindical disponibiliza formulário para exercício do direito de oposição.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas ficarão obrigadas a processar os descontos, mesmo após o término do período de vigência desta Convenção, até que seja celebrado novo instrumento normativo.

PARÁGRAFO QUARTO: Os trabalhadores que são sócios da entidade sindical terão descontados de seus salários somente os valores decorrentes da mensalidade sindical, restando isentos dos valores devidos a título de contribuição assistencial.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas representadas pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Santa Maria - SETRANS, ficam obrigadas ao pagamento de uma Contribuição Assistencial igual a R\$ 744,00 (setecentos e quarenta e quatro reais) fixado à época do recolhimento em favor do Sindicato Patronal, necessária à instalação ou manutenção de atividades sindicais previstas no Diploma Consolidado e na Constituição Federal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A referida contribuição deverá ser recolhida aos cofres do Sindicato Patronal em até 4 parcelas de R\$ 186,00 (cento e oitenta e seis reais) cada, sendo a primeira em 30/03/2013, a segunda em 30/04/2013, a terceira em 30/05/2013 e a quarta e última parcela em 30/06/2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de atraso no recolhimento do valor acima, as empresas inadimplentes pagarão uma multa de 10% (dez por cento) do valor devido, mais juros de mora, assim como honorários advocatícios aqui fixados em 10% (dez por cento) do valor devido.

DISPOSIÇÕES GERAIS

REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - NEGOCIAÇÃO ECONÔMICA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho é firmada pelas categorias econômicas e profissional supra citadas, pelo prazo de **24 (vinte e quatro) meses**, a vigor de **1º de fevereiro de 2013 à 31 de janeiro de 2015**, com exceção das cláusulas econômicas que serão reajustadas em **1º de fevereiro de 2014**.



MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - INDENIZAÇÃO POR DANOS

As empresas não cobrarão qualquer dano causado nos veículos sem antes apurar a culpabilidade do Motorista. Em caso de controvérsia entre empresa e empregado, quanto a culpabilidade pelo dano, a mesma será avaliada por um juízo arbitral, a que se obrigarão as partes. O juízo arbitral terá um representante da empresa e outro do Sindicato dos Trabalhadores, que deverão ter como objetivo dirimir a controvérsia, caso ela se verifique. Não se harmonizando os pontos de vista, será escolhido de comum acordo uma terceira pessoa para dirimir em última instância a controvérsia verificada.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - GESTÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

As empresas e o Sindicato dos Trabalhadores, em ação conjunta, gerenciarão junto aos órgãos públicos competentes para que:

a) SEJA OBRIGATÓRIO o ciente do infrator nas multas aplicadas pelo serviço de fiscalização de transporte coletivo - STC.

b) SEJAM FIXADOS os terminais de linha, para que as empresas possam dotar tais terminais de banheiros e refeitórios.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - PUNIÇÃO

Toda e qualquer advertência ou punição deverá ser comunicada ao empregado reservadamente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - MULTA PELO ATRASO NO REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES

O recolhimento após o prazo estabelecido, acarretará a empresa, uma multa de 10% (dez por cento) e juros de 1% ao mês, sem prejuízo da correção monetária.

PARÁGRAFO ÚNICO: Eventual inconformidade de empregados sujeitos ao presente desconto assistencial deverá ser solucionada pelo interessado junto à própria entidade sindical, uma vez que às empresas competirá apenas o processamento do débito do valor aprovado na assembléia geral.



CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

As partes convenientes estabelecem que em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas, com seus parágrafos contidos neste instrumento, à exceção da Cláusula Vigésima Segunda que trata da "Função" e daqueles que possuem cominação própria, incidirá multa equivalente a 10% (dez por cento) do piso salarial de ingresso, por infração e por empregado, sem prejuízo da aplicação dos juros moratórios e atualização monetária dos valores devidos, revertendo o benefício em favor do Sindicato Profissional.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ABRANGÊNCIA ESPECÍFICA

O percentual de reajuste dos salários, bem como a íntegra desta convenção, abrangerá os Trabalhadores das Empresas de Transporte Coletivo Municipal, Urbano, Distrital e as Intermunicipais com Características de Distritais, compreendidas na base territorial do Sindicato representante da categoria Profissional.

PARÁGRAFO ÚNICO: Também abrangerão os Trabalhadores das Empresas de Transporte Coletivo Intermunicipal com Características de Distrital, Exclusivamente para as Linhas Regulares de Silveira Martins, São Martinho da Serra, Itaara e Dilermando de Aguiar à Santa Maria; de Dilermando de Aguiar à São Pedro do Sul; de Quevedos, Pinhal Grande, Ivorá e Caimborá à Júlio de Castilhos; e as Linhas do Transporte Coletivo Distrital da Cidade de Ivorá.

ROGERIO SANTOS DA COSTA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS DE SANTA MARIA-RS E
REGIAO

ILSO PEDRO MENTA
PRESIDENTE
SINDICATO EMPRESAS TRANSP RODOVIARIOS DO RGSUL

LUIZ FERNANDO VARGAS MAFFINI
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS SM

